



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO DA CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTE DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO - VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DÉCIMO NONO DIA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. (19-09-2022).

Ao décimo nono dia do mês setembro de dois mil e vinte e dois, segunda-feira, às nove horas e dois minutos, foi realizada a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças, Legislação e Justiça; (Presidente: Fernando Sampaio; Vice-presidente: Ediraldo Ramos; Vogal: Adimar Cota) de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Maurício Borges; Vice-presidente: Ricardo Miranda; Vogal: Edson Agostinho); de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente (Presidente: Edson Agostinho; Vice-presidente: Ediraldo Ramos; Vogal: Ricardo Miranda). **Participaram da reunião:** Os Vereadores Marcelo Macedo, Ediraldo Ramos, Fernando Sampaio, Ricardo Miranda, Edson Agostinho, Sônia Azzi, José Sales, Maurício Borges, Pedro Sousa. **Registraram Presença:** Israel Quirino- Procurador Municipal; Edvaldo Andrade- Secretário Municipal de Governo; Luiz Eduardo Vianna Ribeiro- Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural; Raissa Camila Marques Rodrigues de Paula- Gerente de Operação no Consorcio de Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP), Arlinda-Secretaria. **ABERTURA:** "Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental" O Vereador Fernando Sampaio iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e colocando a Ata da Reunião passada em votação para os Vereadores presentes que foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, o Vereador Edson Agostinho questionou se na reunião que ocorreu, o Diretor do Sindicato, Darcy Pereira de Carvalho, havia concordado com o projeto de **Lei nº 78** e se estava constado na Ata da Reunião a concordância do Sindicato. Em resposta, o Vereador Fernando Sampaio confirmou a realização da Ata e a concordância do Sindicato com o modelo do projeto e os meios que estão elaborados. Seguidamente o Vereador Edson Agostinho ressaltou que a constatação da reunião em Ata é de suma importância. Posteriormente, o Vereador Fernando Sampaio iniciou as discussões dos projetos. Elencou em primeiro o **Projeto de Lei N.º 118/2022** Autor: Prefeito Municipal Em Exercício "Dispõe sobre a ratificação do Nono Termo Aditivo ao contrato de constituição do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP, e dá outras providências." Abriu a votação, possui pareceres jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. Encaminhou-se para o segundo **Projeto de Lei N.º 119/2022** Autor: Prefeito Municipal Em Exercício que "Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, revoga a Lei 3.417, de 13 de abril de 2021 e dá outras providências." O Vereador Fernando Sampaio acrescentou o questionamento sobre o por que são apenas seis beneficiários do consórcio com a CODAP, sendo que possui alguns anos de contrato municipal. Visto que, em sua compreensão quando foi elaborada a proposta para a votação do projeto, teria uma assistência maior aos produtores. Com a palavra, a Sra.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Raissa Marques explicou que o Município de Mariana se associou ao CODAP com o serviço de inspeção no ano passado através da Lei de Nº3417 de 13 de abril de dois mil e vinte dois, totalizando um ano e cinco meses, acrescentando que não foram poucos os produtores que foram atendidos, solicitando a formalização em registros legais dos seus empreendimentos. Consecutivamente, o Vereador Fernando Sampaio perguntou se é o produtor ou a secretaria que buscam pelo consórcio. Em resposta, a Sra. Raissa Marques explicou que o produtor busca pelos serviços. Posteriormente, o Vereador Fernando Sampaio afirmou que o consórcio está sendo mal divulgado para os produtores que não têm conhecimento sobre o consórcio do Município junto ao CODAP. Prosseguiu destacando que a Secretaria de Agricultura deveria divulgar mais a existência do projeto. Com a palavra, a Sra. Raissa Marques afirmou que de modo geral foi a Secretaria de Agricultura que divulgou o processo, que também é responsável pelo primeiro contato dos produtores interessados e que posteriormente passa o protocolo para a CODAP que agenda a primeira vistoria. Explicou que nesta vistoria é levado um fiscal que gera um laudo técnico com recomendações para o produtor conseguir obter um registro. Deu continuidade ressaltando que a divulgação tem vínculo direto com a Secretaria e buscam trazer uma divulgação, mas neste momento estão tendo uma grande demanda de um outro projeto. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio indagou se todos os seis produtores que procuraram o consórcio, haviam sido atendidos. Em resposta, a Sra. Raissa Marques ressignificou que os produtores ainda estão sendo atendidos, pois os processos para obter os registros variam entre eles em laudos que são instruídos para melhorias nas estruturas. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio informou que os pequenos e médios produtores do Município de Mariana devem ser de aproximadamente quatrocentos produtores e apenas seis deles procuram pelo consórcio. Subsequentemente, a Sra. Raissa Marques disse que deve haver muito mais produtores interessados em registrar seus negócios. Ademais, sugeriu uma ação de divulgação para os produtores, pois aqueles que tiverem interesse tomaram conhecimentos de como proceder para registrar seus negócios. E que alguns produtores não possuem interesse em registrarem seus negócios por serem pequenos e que possuem o interesse de maior divulgação pois, esse ano o CODAP está com adesão a equivalência e os produtores que estiverem registrados com a documentação correta poderiam expandir o comércio para além dos vinte quatro municípios que têm consórcio com CODAP, a nível nacional. Com a palavra, o Sr. Luiz Eduardo afirmou que tiveram mais produtores sabendo da divulgação do consórcio, porém, eles ficam receosos de aderirem ao projeto por imaginarem que se trata de fiscalização. Na qual, estão realizando um trabalho de conscientização sobre fiscalização e que conseguiram na Ministério da Agricultura Federal a Legislação, que permite o consórcio poderá certificar os selos de identificação Artesanal (ARTE) para poderem atender os pequenos produtores e que o Fiscal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) encaminharam a Lei, documentação e decreto. Adicionou que com essa lei acredita que mais produtores iriam aderir. Apresentou, que os participantes alguns ainda não encaminharam as documentações necessárias. Com a palavra, o Vereador Marcelo Macedo cumprimentou a todos e prosseguiu retomando que questionou muito sobre o consórcio e informou que não há novidade nenhuma sobre a Lei apresentada. Acrescentou que é necessário um plano de ação da Secretaria de Agricultura pois não adianta uma votação para uma nova adequação da estrutura, sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

que não estão tendo resultados efetivos para com os produtores. Destacando a necessidade da distribuição e estabelecimento de vínculos de conscientização com os produtores, pois não terão resultados positivos sem a mútua colaboração na qual, também é apropriado o CODAP apresentar por períodos um laudo de como estão os processos, se progrediram, onde tem que melhorar e como a Câmara pode auxiliar. Prosseguiu, sugerindo que em seis meses o CODAP deverá apresentar um plano explicativo sobre o que foi desenvolvido neste período de trabalho. Pela ordem, a Vereadora Sônia Azzi dirigiu-se a Sra. Raissa Marques e ressaltou que, os produtores que não se adequaram ao consórcio estão necessitando de maior divulgação das informações para poderem estar legalmente vinculados. Em resposta, a Sra. Raissa Marques explicou que apesar de parecer que são poucos, os números de integrados ao consórcio, se deve ao pouco tempo que estão atuando no Município e que mesmo com o número grande de produtores é necessário que tenham a atualização da Lei pois, quando atualizaram da última vez que foi aprovada estava constatada como serviço de Lei Regional, sendo que agora precisarão modificar a nomenclatura que está errada, pois o âmbito do comércio é regional mas não existe fiscalização regional apenas, Municipal, Estadual, Federal. Então, é necessário colocar uma nomenclatura municipal e deixar os produtores resguardados dos movimentos futuros. Com a palavra, o Sr. Luiz Eduardo esclareceu que em dois mil e vinte um foram realizadas duas reuniões, com os produtores locais para tratar o processo de certificação. Posteriormente, o Vereador Marcelo Macedo questionou a Sra. Raissa Marques, sobre o encaminhamento do Projeto e sobre o que tratava a reestruturação do corpo técnico. Em resposta, a Sra. Raissa Marques pontuou que voluntariamente o Serviço de Inspeção do Município do CODAP resolveu participar do consórcio. E que estão recebendo sugestões de como se adequarem à Lei e do que falta para preencher o corpo técnico. Com a palavra, o Vereador Marcelo Macedo questionou o que compõe o CODAP, e o que compõe o corpo técnico, e o que se modifica após as alterações na Lei, e se o valor do repasse se modificará. Em resposta, a Sra. Raissa Marques afirmou que não há nenhuma indicação sobre alteração no valor repassado. Assim sendo, o Marcelo Macedo pediu a deliberação dessas informações para a Câmara. Com a palavra, o Vereador José Antunes destacou que esse projeto é muito interessante, mas que os processos para receberem o Selo de Inspeção Municipal (SIM) estão confusos, sem incentivo de adesão ao projeto. Posteriormente, a Sra. Raissa Marques explicou que pela própria natureza do estabelecimento de um frigorífico a legislação é mais exigente, sendo necessário manter um fiscal no local nos dias que ocorrem os abatements. Com a palavra, o Vereador José Antunes questionou se apesar dos processos estarem em movimento, possivelmente apenas dois dos seis produtores conseguiram a aprovação. Em resposta, a Sra. Raissa Marques destacou que a maior divulgação da história fará com que mais produtores apareçam para fazer parte do projeto. Sendo que, os pequenos produtores algumas vezes possuem interesse em apenas vender na feira-local e dispensar o SIM, mesmo sendo obrigatório por se tratar de uma validação da Vigilância Sanitária. Com a palavra, o Vereador José Antunes solicitou uma reunião presencial com a Sra. Raissa Marques, a Secretária de Agricultura e os Vereadores, para chegarem à resolução do projeto. **Projeto de Lei N.º 119/2022** Abriu a votação, possui pareceres jurídicos e contábeis favoráveis, colocado em votação, e aprovado por unanimidade e liberado para a pauta da reunião ordinária. Com a palavra o Vereador Ediraldo Ramos sugeriu que fosse elaborado um



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

plano para o pequeno e médio produtor poderem vender seus produtos. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio solicitou uma reunião para o dia vinte e nove de novembro, às oito horas e trinta minutos **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, em nome de Deus e do povo Marianense, o Vereador Fernando Sampaio encerrou a reunião às dez horas e nove minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**

 / 
